

DIVULGAÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES AMBIENTAIS SOB A ÓTICA DA TEORIA INSTITUCIONAL

Paulo Henrique Leal

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da
Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Av. da Universidade, 2553 – Apto. 104 – Bairro Benfica
CEP 60020-180 – Fortaleza/CE – Brasil

E-mail: pa.henriqueleal@gmail.com - Telefone: (88) 8114-3574

Benedito M. do Nascimento Costa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da
Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Av. da Universidade, 2553 – Apto. 119 – Bairro Benfica
CEP 60020-180 – Fortaleza/CE – Brasil

E-mail: beneditocosta50@gmail.com - Telefone: (84) 9932-2432

Marcelle Colares Oliveira

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo
Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da
Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Av. da Universidade, 2431 – Bairro Benfica
CEP 60020-180 – Fortaleza/CE – Brasil

E-mail: marcellecolares@uol.com.br - Telefone: (85) 3366-7802

Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças

Doutora em Estatística e Inv. Operacional pela Faculdade de Ciências da Universidade de
Lisboa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da
Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 197 – Bairro Benfica
CEP 60020-061 – Fortaleza/CE – Brasil

E-mail: smdpdro@gmail.com - Telefone: (85) 9959-1290

RESUMO

O estudo teve por objetivo investigar os fatores que influenciam a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas de alto impacto ambiental, sob a perspectiva das pressões institucionais de acordo com a Teoria Institucional. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental com abordagem quantitativa, na qual foram analisadas as notas explicativas de 48 empresas pertencentes aos setores de atividades classificados como de alto potencial poluidor, listadas na BM&FBovespa, referentes aos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013. Constatou-se, por meio de análise de regressão com dados em painel, que a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas da amostra é influenciada pelas variáveis: tamanho da empresa, nível de governança, setor de atuação e participação no ISE. Os resultados, analisados à luz da Teoria Institucional, revelam que motivações externas parecem ser mais significativas para explicar a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas, como a presença de mecanismos de pressão normativa, visto que as regras diferenciadas de governança corporativa e a participação no ISE exigem uma maior divulgação de informações. Além disso, também se pode inferir que existem mecanismos de pressão baseados no pilar cultural, visto

que empresas de alguns setores e também de maior tamanho tendem a apresentar maior nível de divulgação.

Palavras-chave: divulgação; provisões e passivos contingentes ambientais.

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos (CUE).

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental tem se constituído em um dos grandes desafios da sociedade atual, de forma que, conforme esclarecem Lins e Silva (2009), torna-se impossível separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões referentes ao meio ambiente. A boa imagem ambiental para as organizações, principalmente aquelas de setores de alto risco de acidentes ambientais, tem ganhado importância ao longo do tempo (SHARMA et al, 1999), uma vez que, com a crescente discussão em torno da degradação ambiental e de suas consequências para a humanidade, é mister que as empresas estejam mais interessadas em divulgar informações a respeito dos efeitos de suas atividades sobre o meio ambiente.

Conforme Murcia *et al.* (2010), embora não exista nenhuma lei ou norma específica que obrigue as empresas no Brasil a divulgarem informações de caráter ambiental, muitas delas o fazem espontaneamente, mesmo considerando que a preparação e divulgação dessas informações geram custos adicionais. Dentro do escopo das informações contábeis de caráter ambiental, encontram-se as provisões e passivos contingentes ambientais. No Brasil, essa separação entre passivo contingente ambiental e provisão ambiental surgiu com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido em 2009. Até então, conforme Ribeiro e Gratão (2000), os passivos ambientais eram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, sendo, normalmente, associados a empresas significativamente agressoras do meio ambiente e sujeitas a indenizações, multas e obrigação de recuperar áreas danificadas.

Conforme Verrecchia (2001), a informação favorável à firma é evidenciada, enquanto a informação negativa ou prejudicial não é evidenciada, visto que o objetivo do gestor é maximizar o valor da firma. Portanto, o autor esclarece que o investidor racional interpreta a informação não divulgada como uma informação não favorável. Assim, as práticas de divulgação normalmente são influenciadas pelo significado que assumem em determinado contexto social (DIAS FILHO, 2007). Segundo Meyer e Rowan (1977), as organizações são levadas a incorporar práticas e procedimentos reconhecidos pela sociedade como racionais, independente da eficácia imediata, com o intuito de aumentar sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência.

A visão de que a contabilidade não é uma simples ferramenta de apoio a decisões de caráter econômico fez crescer a demanda por teorias que pudessem ser utilizadas para explicar e prever as práticas contábeis (DIAS FILHO, 2007). Assim, a noção de que, em muitas situações, as divulgações contábeis são utilizadas para legitimar decisões dos gestores e conferir racionalidade à organização (HOPWOOD, 1983) justifica o uso dos preceitos da Teoria Institucional para elucidar a decisão de evidenciar informações ambientais pelas organizações.

Para Lattemann *et al.* (2009), a divulgação de responsabilidade social corporativa pode ser explicada por fatores endógenos, como o tamanho da empresa, e exógenos, como o ambiente de governança. Na visão de Liu e Anbumozhi (2009), o tamanho da empresa, caracterizado como um fator endógeno, e o fato da empresa pertencer a um setor industrial ambientalmente sensível, característica exógena, também influenciam a divulgação de informações ambientais.

Nesse contexto, considerando-se evidências empíricas da existência de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras (DIAS FILHO, 2007; MURCIA *et al.*, 2008; BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009; SOUZA; RÁSIA; JACQUES, 2010; SOARES *et al.*, 2012; SOARES *et al.*, 2012; OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012; BEUREN, SANTOS, GUBIANI, 2013; XAVIER; LUCZKIEWICZ, 2013), busca-se entender os fatores que levam as empresas de alto impacto ambiental que atuam no Brasil a divulgar informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais, visto que os estudos consultados sobre esse tema restringem-se a pesquisar a quantidade de informações divulgadas pelas companhias, mas não investigam os motivos ou explicações teóricas para evidenciação dessas práticas por elas.

Diante disso, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Quais fatores influenciam o nível de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas brasileiras em suas demonstrações financeiras? Assim, a pesquisa teve como objetivo investigar os fatores que influenciam a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas brasileiras de alto impacto ambiental, sob a perspectiva da Teoria Institucional. Para alcançar esse objetivo, foi observado se a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais está associada a fatores endógenos da empresa: tamanho, empresa de auditoria independente, rentabilidade e endividamento; bem como a fatores exógenos: setor de atuação, nível de governança e participação no ISE.

O tema divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais merece destaque por se tratar de informações que as companhias resistem em divulgar (XAVIER; LUCZKIEWICZ, 2013) ou que geralmente não são reportadas de forma adequada, devido à dificuldade de mensuração.

O CPC 25 estabelece a aplicação de critérios de reconhecimento, bases de mensuração apropriadas a provisões e a passivos e ativos contingentes, bem como a divulgação nas notas explicativas de informações que possibilitem aos usuários a compreensão da natureza, oportunidade e valor desses itens. A referida norma aplica-se a provisões e passivos e ativos contingentes em geral, alcançando assim as provisões e passivos contingentes ambientais. O caráter normativo do CPC 25 apresenta-se como uma pressão normativa para as empresas, em virtude dele não ter força de lei para todas as empresas.

Este trabalho visa contribuir para a ampliação do conhecimento empírico sobre o *disclosure* de informações ambientais, ao identificar pressões regulativas, normativas e culturais influenciando o comportamento das empresas em relação a essa prática; bem como oferecer *insights* teóricos para o desenvolvimento de pesquisas na área contábil, particularmente no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os pilares da Teoria Institucional

Até a década de 1970, o entendimento geral sobre os objetivos e a estrutura das organizações formais baseava-se essencialmente na maximização da eficiência. A partir de então, começaram a aparecer questionamentos acerca dessa estrutura organizacional baseada na formalidade e na eficiência, surgindo uma nova ótica de pensamento ligada aos processos sociais e suas influências, como a imitação, a adoção e o reconhecimento de normas, que até então vinham sendo ignoradas (TOLBERT; ZUCKER, 1998).

Tolbert e Zucker (1998) expuseram que, apesar do modelo estrutural dominante, a atenção começa a dirigir-se também às características externas, que não fazem parte dos processos internos de produção, mas que influenciam a organização no sentido da visibilidade a partir da sociedade, das redes de interessados e, conseqüentemente, dos possíveis investidores. A partir desse contexto, surge o conceito de estrutura institucionalizada, tida como uma estrutura que é aceita pelos grupos, além de ser considerada necessária e importante.

Para Tolbert e Zucker (1998), uma instituição é o produto de um processo de institucionalização, o qual é composto pela habitualização, objetificação e sedimentação. As forças do mercado e das leis promovem a inovação nas práticas, que se tornam habituais nas organizações que se encontram em situação semelhante. Após isso, essas práticas passam por certo grau de consenso social, e considera-se essa fase como objetificação. Por fim, elas são propagadas por todo o grupo e perpetuadas pelos diferentes atores, classifica-se esse estágio como sedimentação. Com isso, a organização passa a dar destaque à estrutura simbólica das ações, enfatizando aquilo que elas representam para os grupos e para a sociedade.

Barley e Tolbert (1997) destacaram a influência cultural da Teoria Institucional nas estruturas formais de tomada de decisão, mostrando que as organizações estão sujeitas a normas, regras e crenças tomadas como premissas corretas. Desta maneira, Barley e Tolbert (1997) definiram instituições como as regras e tipificações compartilhadas e identificadas como categoria de ações apropriadas.

DiMaggio e Powell (2007) buscaram entender e explicar o motivo da existência de posturas homogêneas entre as organizações. Nesse sentido, eles demonstraram que empresas realmente buscam imitar estratégias de outras empresas que são consideradas como ideais, fazendo com que se aumente a homogeneidade entre elas.

A forma como a organização é vista pelo público em geral passa a ser avaliada importante, gerando arranjos estruturais baseados na forma de apresentação da imagem organizacional, considerando esse fator como necessário para questões de sobrevivência e sucesso empresarial. De acordo com Powell e DiMaggio (1991), quando determinadas práticas já estão bem estabelecidas, isto é, legítimas, há uma pressão no sentido de segui-las na busca pelo reconhecimento.

Santos (1999) expõe que o estudo de mitos e rituais institucionalizados é função da Teoria Institucional. Nesse mesmo sentido, Scott (2013) enfatiza a importância dos ambientes culturais e sociais nos quais uma organização está inserida. As influências sofridas pelas empresas estão relacionadas com sistemas e regras dos determinados locais que passam a moldar, de determinada maneira, as suas ações.

Para Scott (2013), a legitimidade é tida como uma condição a ser seguida como uma estratégia relacionada com legislação, normas e cultura. Sendo assim, pode-se dizer que, no campo organizacional, as empresas buscam a condição de se tornarem legítimas perante a sociedade, reagindo por meio de práticas consideradas como exemplos de ações que devem ser seguidas.

Em relação ao contexto nacional, na visão de Motta (2003), o Brasil é um país onde o interesse social é considerado mais importante do que o individual. Trazendo para o contexto empresarial, pode ser visto, em alguns casos, que gestores tomam decisões colocando os interesses sociais e empresariais em uma balança. Entretanto, essas atitudes podem ser consideradas como coletivistas ou apenas uma maneira de se apresentarem de uma forma mais desejável? Esse questionamento pode ser analisado a partir da visão de Powell e DiMaggio (1991), para eles, determinadas estratégias são utilizadas como forma de resposta a algumas pressões, além de serem características observadas em organizações, entendidas como a adoção de práticas semelhantes independentemente da eficiência obtida.

Meyer e Rowan (1977) também acreditam que as regras institucionais podem ser consideradas como mitos que as organizações são levadas a adotar, aumentando sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, sendo que, nessa visão, não é levada em consideração a eficácia imediata dos procedimentos executados. No entanto, pode haver conflito entre as práticas institucionalizadas e a eficiência, e, para gerir esse conflito, as organizações controlam as atividades institucionais.

As regras institucionalizadas caracterizadas pelos comportamentos sociais prevaletentes, julgados legítimos, podem ser impostas por força de lei; no entanto, elas também

podem ser apenas posições, como: procedimentos de organizações modernas, opinião pública relevante, pontos de vistas importantes e prestígio social. São consideradas ainda como comportamentos ideais e que devem ser seguidos (MEYER; ROWAN, 1977).

Nesse sentido, Scott (2013) define três pilares das instituições, os quais podem ser ditos como regulativo, normativo e cognitivo.

O pilar regulativo relaciona-se com o fato de as instituições serem constrangidas e passarem moderadamente a se regularizar através de mecanismos tanto informais quanto formais como regras e leis. O pilar normativo inclui valores, caracterizados como aquilo que é preferido e desejável, e normas, tidas como as especificações de como as ações devem ser realizadas, não tendo força de lei, porém, são consideradas como imposições sobre o comportamento social. O último pilar, o cultural, refere-se a representações culturais como símbolos, sinais e gestos que moldam o significado das ações, levando em consideração não só as condições objetivas, mas as interpretações subjetivas e as concepções estabelecidas do público envolvido (SCOTT, 2013).

De acordo com Scott (2013), as instituições são estruturas que proporcionam estabilidade e regularizam os comportamentos sociais. Cada pilar corresponde a um tipo de pressão diferente que institui os comportamentos a serem seguidos. A falta de comprometimento de uma organização perante uma norma que, de acordo com a pressão normativa, é considerada como uma obrigação pode mostrar-se como uma postura inadequada; e, além disso, determinado comportamento pode não ser julgado como certificado.

A pressão regulativa, que tem como impulsionadora a conveniência e é moderada pela existência de regras, mostra que o descumprimento de uma lei pode gerar a falta de legitimidade, e, por esse comportamento não estar de acordo com o que é legalmente estabelecido, isso faz com que as pessoas respeitem as regras e leis impostas (SCOTT, 2013).

As pressões culturais indicadas pela crença comum, as quais tem como base de observância aquilo que é tido como correto, acabam forçando as pessoas a se comportarem de acordo com aquilo que é culturalmente apoiado para ter legitimidade (SCOTT, 2013). Isso tudo pode levar uma organização a adotar posições de acordo com o que é imposto pelas pressões, levando-se em consideração os três pilares das instituições, e sempre tendo em vista a busca pela legitimidade.

É recorrente a ideia de que as organizações atuam em um nível elevado de competição e procuram desenvolver suas atividades de acordo com interesses internos. No entanto, conforme Moura (2010), as organizações acabam por acatar práticas e métodos, com forte valor mítico, que são coletivamente utilizados e entendidos como racionais e eficientes por seus pares. Desse modo, conforme esclarecem DiMaggio e Powell (2007), as características organizacionais são modificadas no sentido de uma compatibilidade crescente com as características do ambiente, tornando a diversidade de formas organizacionais isomórfica em relação à diversidade ambiental.

2.2 Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais

Sob a ótica da contabilidade, a divulgação envolve a ação de demonstrar informações contábeis quantitativas ou qualitativas para os usuários externos à organização. Nessa perspectiva, Silva, Rech e Cunha (2014) observaram que a divulgação adequada de informações contábeis pode contribuir para a redução da assimetria informacional, possibilitando que usuários externos obtenham informações confiáveis para sua tomada de decisões.

Dias Filho (2007), com base em evidências empíricas, enfatizou que as organizações utilizam a contabilidade não apenas como instrumento de apoio a decisões, mas também como meio de conquistar, manter e recuperar legitimidade no ambiente em que operam. Sob esse enfoque, considera-se que a divulgação de informações ambientais surge como reflexo de regras institucionais racionalizadas, de forma que tais regras funcionam como mitos os quais as

organizações incorporam, tornando-se isomórficas com o ambiente institucional, a fim de ganhar legitimidade (MEYER; ROWAN, 1977).

O CPC 25 define provisão como um passivo de prazo ou valor incerto. Os passivos, de acordo com esse normativo, originam-se de uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. O reconhecimento do passivo requer a satisfação simultânea de três condições gerais: satisfazer a definição de passivo; ser razoavelmente estimado; e passar pelos testes de relevância (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com o CPC (2009), uma provisão deve ser reconhecida quando: a entidade tem uma obrigação presente resultante de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Conforme esclarece o próprio CPC (2009), devem ser reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade. Isso, porque as demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação, de modo que os únicos passivos reconhecidos no balanço da entidade são os que já existem na data da sua elaboração. Assim, se um evento passado cria obrigação, a entidade não terá qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento.

Para efeito de reconhecimento dos passivos contingentes ambientais, o CPC 25 diferencia dois tipos de obrigações: a legal e a não formalizada. A obrigação legal deriva de contrato explícito ou implícito, por legislação, ou por outra ação da lei; como, por exemplo, as penalidades ou os custos da obrigatoriedade de promover a descontaminação ou recuperação de áreas atingidas pela ação da empresa.

Já a obrigação não formalizada origina-se de ações da organização quando o evento (que pode decorrer de práticas passadas, de políticas publicadas, ou de declaração atual da entidade) cria expectativas válidas de que a entidade cumprirá certas responsabilidades perante terceiros. É o caso, por exemplo, de, não havendo obrigatoriedade de reparação de um dano ambiental causado, a entidade publicamente aceitar a responsabilidade pela sua retificação, por considerar a possibilidade do evento tornar-se uma obrigação legal no futuro, por questões éticas ou por fazer parte das práticas e políticas da empresa a adoção de tal procedimento.

Em qualquer caso, de acordo com o CPC 25, para que uma provisão para passivo ambiental seja reconhecida nos relatórios financeiros é necessário que haja: obrigação presente como resultado de evento que gera obrigação, a probabilidade de saída de recursos econômicos para liquidar essa obrigação e que ela possa ser razoavelmente estimada. Ainda, conforme o CPC 25, uma saída de recursos ou outro evento é considerado como provável se a probabilidade de ocorrência do evento for maior do que a probabilidade de não ocorrência. Por outro lado, não sendo provável a existência de uma obrigação presente, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

O passivo contingente pode ser definido como uma obrigação também resultante de eventos passados, porém cuja existência depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos por não ser provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação e pela falta de confiabilidade na mensuração (CPC, 2009). O Quadro 1 resume os principais requisitos para reconhecimento e divulgação de provisões e passivos contingentes, em conformidade com o CPC 25.

Quadro 1 – Provisões e passivos contingentes

Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota
A provisão é reconhecida.	Nenhuma provisão é reconhecida.	Nenhuma provisão é reconhecida.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

Fonte: Adaptado do Apêndice B CPC 25.

Embora as recomendações do CPC 25 não tratem da questão ambiental diretamente, mas sim de princípios contábeis aplicáveis a todos os casos, aplicam-se aos eventos que dão origem a provisões e passivos contingentes ambientais as recomendações emanadas do referido normativo. Assim, nos casos que forem aplicáveis, as empresas devem divulgar, em relação às provisões e às contingências ambientais, os itens constantes do Quadro 2.

Quadro 2 – Itens de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais de acordo com o CPC 25

Provisões ambientais
O valor contábil no início e no fim do período
Provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes
Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício
Valores não utilizados e revertidos durante o exercício
Breve descrição da natureza da obrigação
Cronograma esperado para as saídas de benefícios econômicos
Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos
O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado
Passivos contingentes ambientais
Uma breve descrição da natureza do passivo contingente
A estimativa de seu efeito financeiro quando praticável
O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto
Incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída quando praticável
Possibilidade de qualquer reembolso quando praticável

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o CPC 25, caso algum dos itens não seja divulgado por não ser praticável, a entidade deverá divulgar esse fato, informando que tal item não se aplica ao caso da empresa.

Vale ressaltar que, no Brasil, não há obrigatoriedade da divulgação ambiental, sendo o *disclosure* considerado voluntário, de modo que as empresas possuem discricionariedade na determinação do escopo, conteúdo, período e forma de evidenciar informações aos usuários externos (MURCIA, 2009).

2.3 Hipóteses do estudo

Nesse estudo, em que se busca compreender os fatores que influenciam o nível de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas, foram erigidas sete hipóteses, analisadas sob as perspectivas endógena e exógena (LATTEMANN *et al.*, 2009).

Segundo Lattemann *et al.* (2009), o ambiente endógeno engloba características internas da organização que conseguem afetá-la por meio de pressões externas, como a composição do conselho, a dualidade do CEO e o tamanho da empresa. Já o ambiente exógeno é caracterizado

pelas forças externas que pressionam a organização, ou seja, que fazem ela agir de acordo com as condições exigidas pelas pressões externas, como o ambiente de governança e o efeito do setor de atividade. Para Hitt *et al.* (2012), a adesão às pressões requeridas tanto pelos ambientes externos quanto internos são características de decisões estratégicas de gestão com a finalidade de obtenção de retornos futuros.

Ghazali (2007) postulou que a divulgação de responsabilidade social corporativa depende das pressões as quais a empresa está exposta, sendo que as empresas maiores são mais visíveis e, com isso, tendem a divulgar mais informações com finalidade de legitimar-se. Monteiro e Aibar-Guzmán (2010) analisaram uma amostra de empresas de Portugal e verificaram que empresas maiores tendem a um maior grau de divulgação ambiental. Em um estudo realizado por Freedman e Jaggi (2005), com uma amostra de grandes empresas de todo o mundo, mostrou-se que o tamanho da empresa associa-se positivamente à divulgação de informações ambientais de caráter negativo, mais especificamente sobre poluição, mostrando que o tamanho da empresa desempenha um papel significativo na divulgação de informações dessa natureza. Além desses, outros estudos (LIU; ANBUMOZHI, 2009; ROVER *et al.*, 2012; COELHO *et al.*, 2014; ROVER; SANTOS, 2014) também encontraram relação significativa entre o tamanho da empresa e a divulgação ambiental. Do exposto, decorreu-se a primeira hipótese:

H1 - Empresas maiores divulgam mais informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais do que as menores.

Ahmad, Hassan e Mohammad (2003) examinaram os incentivos para a divulgação de informações ambientais por empresas da Malásia e concluíram que as companhias auditadas pelo grupo das grandes empresas de auditoria tendem a um maior nível de divulgação de informações ambientais. Murcia *et al.* (2008) mostraram que a variável empresa de auditoria é relevante para a explicação do *disclosure* voluntário ambiental nas demonstrações contábeis. Rover *et al.* (2012) realizaram estudo com o objetivo de identificar os fatores que determinam a divulgação voluntária ambiental pelas companhias brasileiras potencialmente poluidoras. A análise dos dados demonstrou que o fato de a companhia ser auditada por uma grande empresa de auditoria apresenta uma relação positiva de 5,8 pontos percentuais em comparação às auditadas por outras empresas. Silva *et al.* (2014) constataram que as organizações privadas auditadas pela *Big Four* tendem a fazer mais divulgações ambientais nos seus relatórios anuais do que as empresas privadas não auditadas por ela. Do exposto, decorreu-se a segunda hipótese:

H2 - Companhias auditadas por grandes empresas de auditoria divulgam mais informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais do que as auditadas por outras empresas de auditoria.

Fonteles *et al.* (2012) analisaram as notas explicativas de 308 companhias listadas na BM&FBOVESPA e identificaram que a rentabilidade influencia positivamente a evidenciação de provisões e contingências pelas empresas. Resultado semelhante foi encontrado por Iatridis (2013) e Li e Mcconomy (1999). Assim, assume-se que empresas com maior rentabilidade tendem a divulgar mais informações, tendo em vista a redução do custo de captação e o aumento da liquidez mediante a redução da assimetria informacional. Do exposto, decorreu-se a terceira hipótese:

H3 - Companhias com maior rentabilidade divulgam mais informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais do que empresas com menor rentabilidade.

Pressupõe-se que empresas com elevado grau de endividamento apresentam maior nível de divulgação de informações como forma de reduzir as incertezas dos investidores por meio da redução da assimetria informacional. Segundo Verrecchia (2001), as companhias com elevado nível de endividamento geram maior percepção de risco pelos investidores. Assim, tais empresas tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer os credores e

reduzir as incertezas sobre a transferência de riqueza para os acionistas (ROVER *et al.*, 2012). Do exposto, decorreu-se a quarta hipótese:

H4 - Companhias com maior endividamento divulgam mais informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais do que empresas com menor endividamento.

A listagem nos níveis diferenciados da BM&FBovespa decorre do comprometimento com a adoção de medidas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira, que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente. Lattemann *et al.* (2009) constataram que o ambiente de governança influencia significativamente a intensidade de divulgação de responsabilidade social corporativa. Murcia e Santos (2009) encontraram influência significativa entre a participação de empresas em níveis diferenciados de governança e divulgação voluntária. Fonteles *et al.* (2012) observaram que a divulgação de provisões e contingências é influenciada positivamente pela variável segmento de listagem. Do exposto, decorreu-se a quinta hipótese:

H5 - O nível de governança influencia positivamente a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas.

Em uma pesquisa sobre divulgação ambiental, Farias (2008) mostrou que, impulsionadas pelo interesse na imagem institucional, as empresas de todos os setores apresentam níveis semelhantes de divulgação; mas, apesar disso, alguns setores se destacam nessa perspectiva, como os setores de mineração, químicos e petróleo, gás e biocombustíveis. Outros estudos (BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009; FONTELES *et al.*, 2012; IATRIDIS, 2013; MUTTAKIN; KHAN, 2014; ROVER; SANTOS, 2014) mostraram que o setor de atuação da empresa influencia o nível de divulgação de informações ambientais pelas empresas. Do exposto, decorreu-se a sexta hipótese:

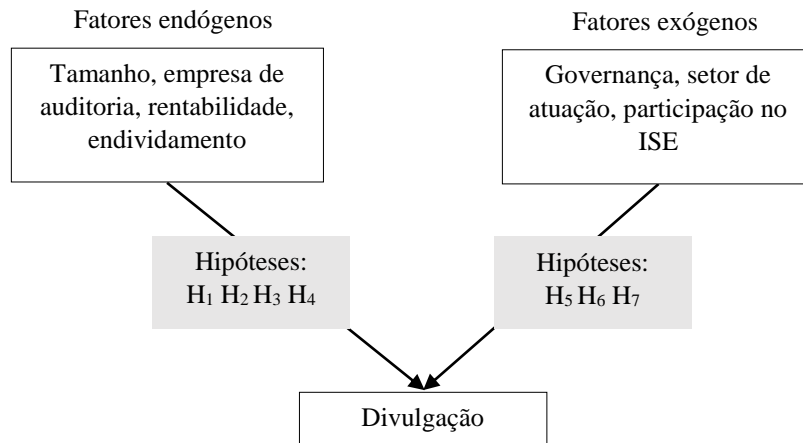
H6 - O nível de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais é influenciado pelo setor de atuação da empresa.

Os índices de sustentabilidade refletem o desempenho das empresas reconhecidamente sustentáveis, melhorando sua imagem institucional. De acordo com Zeng *et al.* (2012), empresas com maior reputação são mais propensas a divulgar informações ambientais. Estudos empíricos (MURCIA *et al.*, 2008; ROVER; SANTOS, 2014) mostraram que a participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é significativamente relevante para explicar o *disclosure* voluntário ambiental nas demonstrações contábeis. Do exposto, decorreu-se a sétima hipótese:

H7 - Empresas participantes do ISE tendem a divulgar mais informações provisões e passivos contingentes ambientais do que as demais.

A Figura 1 sintetiza a estrutura do estudo, cuja descrição juntamente com as justificativas empíricas e teóricas foram apresentadas anteriormente.

Figura 1 – Estrutura do estudo



Fonte: Elaborada pelos autores.

Depreende-se dos estudos apresentados que há uma preocupação no âmbito acadêmico com o *disclosure* ambiental empresarial. A motivação dos estudos possivelmente é fundamentada pela ausência de instrumentos que determinem o que a contabilidade das empresas deve divulgar (OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012). Assim, divulgar informações voluntárias sobre o relacionamento da empresa com o meio ambiente pode ser uma atitude atrelada à necessidade das entidades buscarem a legitimação no ambiente que fazem parte ou, então, para manter sua legitimidade organizacional já reconhecida pela sociedade (BEUREN; BOFF, 2011).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, documental com abordagem quantitativa. A amostra compreende as empresas de setores de alto potencial poluidor listadas na BM&FBovespa. A definição desses setores deu-se de acordo com a lei 10.165/2000, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, segundo a qual as atividades econômicas são categorizadas em pequeno, médio e alto potencial poluidor. Foram identificadas 55 empresas de atividades consideradas como de alto potencial poluidor para a composição da amostra inicial. Dessas companhias, foram excluídas sete por não apresentarem informações necessárias para os quatro anos de análise, resultando em uma amostra final de 48 empresas.

Monteiro e Aibar-Guzmán (2010) e Freedman e Jaggi (2005) utilizaram um *checklist* para mensurar o índice de divulgação de informações ambientais em uma amostra de empresas. Esse estudo utilizou uma abordagem semelhante para medir o nível de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais. Para isso, foi utilizada a variável dependente Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes Ambientais (DIVULG), obtida a partir da quantidade de informações divulgadas nas notas explicativas das empresas pesquisadas, seguindo o *checklist* apresentado no Quadro 2, constante no referencial teórico.

À variável dependente Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes Ambientais, foram somadas as quantidades de informações divulgadas pelas empresas de acordo com o *checklist* apresentado no Quadro 2. Para cada informação divulgada, foi considerado o valor “1” em cada item divulgado, após isso, foi feita a soma do total de itens divulgados para cada empresa. Conforme o CPC 25, cada informação deve ser divulgada pela empresa, a menos que algum item não seja obrigatório para a empresa. Nesse caso, a empresa deverá informá-lo justificando por que o item não se aplica. Diante disso, cada item justificado será considerado como uma informação divulgada na análise das notas explicativas.

A coleta de dados foi realizada com o auxílio de planilhas padronizadas do *software Microsoft Excel* durante o período de 10 a 14 de novembro de 2014. O período de análise correspondeu aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Para a mensuração das variáveis independentes, foram utilizadas as *proxies* e os cálculos definidos no Quadro 3.

Quadro 3 – Definição e operacionalização das variáveis independentes

Variável independente	Proxy utilizada	Fórmula de cálculo	Fundamentação teórica
Tamanho da empresa (TAM)	Ativo total	Logaritmo natural do Ativo total	Freedman e Jaggi (2005); Liu e Anbumozhi (2009); Monteiro e Aibar-Guzmán (2010)
Rentabilidade (RENT)	Retorno sobre o investimento (ROE)	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	Liu e Anbumozhi (2009); Monteiro e Aibar-Guzmán (2010)
Endividamento (ENDIV)	Medida de endividamento	(Passivo Exigível/Ativo Total)x100	Murcia <i>et al.</i> (2008); Braga, Oliveira e Salotti (2009)
Participação no ISE (ISE <i>dummy</i>)	Variável <i>dummy</i> de acordo com a participação da empresa no ISE	“1”, quando a empresa participa do ISE e “0”, caso contrário	Murcia <i>et al.</i> (2008)
Firma de auditoria (AUDIT <i>dummy</i>)	Variável <i>dummy</i> de acordo com a utilização de serviços de auditoria das <i>Big Four</i>	“1”, quando a empresa é auditada por uma das quatro maiores empresas de auditorias e “0”, caso contrário	Murcia <i>et al.</i> (2008); Murcia e Santos (2009)
Nível 1 de governança corporativa (GOV <i>dummy</i> N1)	Variável <i>dummy</i> para o Nível 1 de governança de acordo com a BM&FBovespa	“1”, quando a empresa pertence ao Nível 1 de governança corporativa e “0”, caso contrário	Braga, Oliveira e Salotti (2009); Murcia e Santos (2009)
Nível 2 de governança corporativa (GOV <i>dummy</i> N2)	Variável <i>dummy</i> para o Nível 2 de governança de acordo com a BM&FBovespa	“1”, quando a empresa pertence ao Nível 2 de governança corporativa, e “0”, caso contrário	Braga, Oliveira e Salotti (2009); Murcia e Santos (2009)
Novo Mercado (GOV <i>dummy</i> NM)	Variável <i>dummy</i> para o nível de governança Novo Mercado de acordo com a BM&FBovespa	“1”, quando a empresa pertence ao nível de governança corporativa Novo Mercado, e “0”, caso contrário	Braga, Oliveira e Salotti (2009); Murcia e Santos (2009)
Setor Materiais Básicos (SET <i>dummy</i> 1)	Variável <i>dummy</i> para o setor de Materiais Básicos de acordo com a BM&FBovespa	“1”, quando a empresa pertence ao setor de Materiais Básicos, e “0”, caso contrário	Mapurunga, Ponte e Holanda (2014); Muttakin e Khan (2014)
Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis (SET <i>dummy</i> 2)	Variável <i>dummy</i> para o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de acordo com a BM&FBovespa	“1”, quando a empresa pertence ao setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, e “0”, caso contrário	Mapurunga, Ponte e Holanda (2014); Muttakin e Khan (2014)
Setor Construção e Transportes (SET <i>dummy</i> 3)	Variável <i>dummy</i> para o setor de Construção e Transportes de acordo com a BM&FBovespa	“1”, quando a empresa pertence ao setor de Construção e Transportes, e “0”, caso contrário	Mapurunga, Ponte e Holanda (2014); Muttakin e Khan (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores.

As variáveis *dummies*, nível de governança e setor, tiveram respectivamente como referência o segmento tradicional (não caracterizado como nível diferenciado de governança) e o setor de consumo não cíclico.

Em função do objetivo do estudo, foi constituído o seguinte modelo de regressão com painel de efeitos aleatórios no qual a variável dependente foi a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais:

$$DIVULG = \beta_0 + \beta_1TAM_{it} + \beta_2RENT_{it} + \beta_3ENDIV_{it} + \beta_4ISE\ dummy_{it} + \beta_5AUDIT\ dummy_{it} + \beta_6GOV\ dummy\ N1_{it} + \beta_7GOV\ dummy\ N2_{it} + \beta_8GOV\ dummy\ NM_{it} + \beta_9SET\ dummy\ 1_{it} + \beta_{10}SET\ dummy\ 2_{it} + \beta_{11}SET\ dummy\ 3_{it} + \varepsilon_{it}$$

Para a análise de dados quantitativa, foi utilizada a técnica estatística de regressão de dados em painel com o auxílio do *software* “R” versão 3.1.2, no intuito de verificar a existência de relação entre as variáveis e a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais ao longo de quatro anos. A partir das relações encontradas entre as variáveis, tentou-se buscar explicações baseando-se nos pilares da Teoria Institucional, de acordo com a exposição das empresas aos mecanismos de pressão regulativo, normativo e cultural-cognitivo, definidos por Scott (2013), contidos no referencial teórico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para verificar se os efeitos do painel são significantes e assim saber se a técnica ideal seria a regressão linear múltipla ou a regressão com dados em painel, aplicou-se o teste *Breusch-Pagan*, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Teste multiplicador de Lagrange

Teste multiplicador de <i>Lagrange</i> (<i>Breusch-Pagan</i>)		
Qui-quadrado	GL	Significância
124,8529	1	0,000

Hipótese alternativa: Os efeitos são significantes

Fonte: Elaborado pelos autores.

O teste *Breusch-Pagan* mostrou que há evidências para se rejeitar a hipótese nula de que os efeitos do painel não são significantes, ou seja, existe significância em relação ao efeito das empresas e dos anos. A partir disso, de acordo com o nível de significância de 0,000 para o teste, pode-se dizer que o painel de efeitos aleatórios é mais adequado do que a regressão linear múltipla para a amostra em questão.

Não foi realizado o painel de efeitos fixos devido à natureza dos dados, pois esse modelo exclui as variáveis que são constantes ao longo do tempo, nesse caso, as variáveis setor e nível de governança; portanto foi utilizado o painel de efeitos aleatórios.

A Tabela 2 mostra os resultados da regressão em painel no modelo de efeitos aleatórios, tendo como variável dependente a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais (DIVULG).

Tabela 2 – Dados em painel: efeitos aleatórios

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	Valor p
(Constante)	-2,586	1,2965	-1,9949	0,0475**
TAM	0,2214	0,0824	2,6870	0,0078 ***
RENT	0,0908	0,0840	1,0803	0,2814
ENDIV	0,0488	1,0770	0,4533	0,6508
ISE <i>dummy</i>	1,2096	0,5411	2,2353	0,0266 **
AUDIT <i>dummy</i>	0,2596	0,3285	0,7903	0,4304
GOV <i>dummy</i> N1	0,6276	0,7289	0,8611	0,3903
GOV <i>dummy</i> N2	-2,3852	1,1117	-2,1455	0,0332 **
GOV <i>dummy</i> NM	-1,6323	0,5885	-2,7736	0,0061 ***
SET <i>dummy</i> 1	0,6430	0,8288	0,7758	0,4389
SET <i>dummy</i> 2	1,8033	1,0533	1,7119	0,0886 *
SET <i>dummy</i> 3	1,8496	0,8926	2,0720	0,0396 **
R ² = 0,1771		R ² Ajustado = 0,1661		F = 0,0001

Nível de significância: **** 0,001; *** 0,01; ** 0,05; * 0,1 Variável dependente: DIVULG

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 2, o modelo mostrou-se significativo, visto que o teste F apresentou valor p menor que 0,001; indicando que todos os coeficientes do modelo de regressão são diferentes de “0”. O R², bem como o R² ajustado mostram o poder de explicação das variáveis independentes em relação à variável dependente, em que assim se pode dizer que as variáveis independentes explicam cerca de 17% da divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais.

Das hipóteses formuladas, quatro foram refutadas. As variáveis relacionadas aos fatores endógenos, rentabilidade (H3) e endividamento (H4), não se mostraram significativas, bem como a variável empresa de auditoria (H2) relacionada a fatores exógenos. Já a variável governança (H5) mostrou significância negativa para as empresas do nível 2 e do novo mercado. Dessa maneira, pode-se dizer que, para a amostra em questão, os resultados suportam as hipóteses relacionadas a tamanho (H1), setor de atuação (H6) e participação no ISE (H7), indicando que esses fatores têm influência sobre a divulgação.

Considerando o nível de significância de 1%, os resultados mostram que o tamanho tem influência positiva sobre a divulgação de provisões e passivos contingentes. Já a participação no segmento de governança corporativa Novo Mercado influencia negativamente essa divulgação. Desse modo, pode-se dizer que empresas maiores tendem a ter uma maior divulgação, e as empresas presentes ao Novo Mercado estão menos propensas a adotar uma postura de divulgação dessa natureza.

Uma possível explicação, para empresas maiores divulgarem mais informações, pode estar relacionada à imagem da empresa, visto que, por terem as consequências de suas ações mais expostas aos *stakeholders*, buscam demonstrar mais transparência de suas ações para adquirir confiança do público e assim ganharem e manterem legitimidade institucional. Vários estudos mostram que empresas de tamanho maior divulgam mais informações ambientais (FREEDMAN; JAGGI, 2005; GHAZALI, 2007; MONTEIRO; AIBAR-GUZMÁN, 2010; LIU; ANBUMOZHI, 2009; ROVER *et al.*, 2010; COELHO *et al.*, 2014; ROVER; SANTOS, 2014), o que pode ser entendido como uma evidência de institucionalização, na qual, de acordo com o pilar cultural-cognitivo, essas práticas de divulgação já são tomadas como corretas, ou seja, como algo que deve ser praticado. As empresas do Nível 2 de governança corporativa também tendem a divulgar menos informações sobre provisões e passivos contingentes

ambientais considerando a significância de 5%, visto que apresentaram coeficiente negativo no modelo de regressão. Por sua vez, a influência das empresas do Nível 1 de governança corporativa não se mostrou significativa.

Presume-se que o fato de empresas pertencentes a níveis diferenciados de governança corporativa divulgarem menos informações não deve ser entendido como uma falta de mecanismos de pressão sobre elas, mas sim como um estágio de confiança já adquirido, diferentemente de empresas que não estão nesses níveis diferenciados de governança que, na busca por confiança e legitimidade, acabam sendo mais transparentes. Portanto, considerando a Teoria Institucional, as práticas de divulgação, em relação a provisões e passivos contingentes ambientais, não demonstram características de institucionalização, uma vez que, apesar de exigências e normas, as pressões relacionadas ao pilar cultural parecem estar muito pouco presente nas empresas desses níveis de governança.

Embora hajam pressões normativas sobre empresas do novo mercado e do nível 2 de governança corporativa, as pertencentes ao nível 1 e ao nível tradicional parecem estar expostas a pressões mais acentuadas de caráter cultural de uma forma mais intrínseca, como definido no pilar cultural-cognitivo de Scott (2013), com objetivo de ganhar legitimidade por meio do reconhecimento de suas ações e assim se desenvolverem de uma forma mais desejável.

As variáveis ISE *dummy* e SET *dummy* 3, correspondentes às empresas participantes do ISE e empresas do setor construção e transporte respectivamente, mostraram influência positiva e significativa ao nível de 5% sobre a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais, indicando que as empresas participantes do ISE e também as empresas do setor de construção e transporte divulgam um número maior dessas informações. O mesmo ocorre com a variável SET *dummy* 2, a qual pertencem às empresas de petróleo, gás e biocombustíveis, nas quais houve relação com coeficiente positivo e significativa a 10%. Dessa maneira, pode-se dizer que os setores de construção e transporte e de petróleo, gás e biocombustíveis divulgam mais informações do que os setores de materiais básicos (SET *dummy* 1) e de consumo não cíclico (setor de referência).

Para a Teoria Institucional, algumas empresas tentam imitar estratégias de outras com intuito de se tornarem legítimas (DIMAGGIO; POWELL, 2007). Isso parece ser evidenciado pelas empresas participantes do ISE, que, em busca de legitimidade, tentam ser parecidas com outras as quais já são consideradas ideais, além de estarem expostas a mecanismos de pressão normativos contidos nas exigências para participação em um índice de sustentabilidade, em que acreditam que, por compor um índice e serem mais transparentes, acabam sendo certificadas.

O maior nível de divulgação pelas empresas dos setores de construção e transporte e de petróleo, gás e biocombustíveis pode ser entendido a partir das pressões culturais, uma vez que, apesar dos outros setores também serem considerados de alto potencial poluidor, podem conter empresas que impactam mais o meio ambiente do que os outros setores, como as empresas químicas, de forma que as organizações integrantes dessas esferas parecem buscar legitimidade por meio de uma maior transparência atendendo às expectativas dos *stakeholders* que demonstram certo poder, forçando-as a tomarem decisões que são desejáveis e por eles reconhecidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo investigar os fatores que influenciam a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas de alto potencial poluidor, sob a ótica da Teoria Institucional. Nessa perspectiva, foram formuladas sete hipóteses relativas a fatores endógenos e exógenos que, em conformidade com estudos anteriores, mostraram-se significativos para explicar a divulgação de informações pelas empresas. Quanto aos fatores endógenos, foram examinadas as variáveis: tamanho da empresa, empresa de auditoria,

rentabilidade e endividamento. Em relação aos fatores exógenos, foram consideradas as variáveis: nível de governança, setor de atuação e participação no ISE.

Para verificação da divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais, foram analisadas as notas explicativas das empresas da amostra, referentes aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, mediante utilização de *checklist* composto de treze itens elaborados a partir do CPC 25. Constatou-se, por meio de análise de regressão com dados em painel, que as variáveis: tamanho da empresa, nível de governança, setor de atuação e participação no ISE mostraram-se significativas para explicar a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas da amostra.

Esse resultado revela que motivações externas parecem ser mais significativas para explicar a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas. Por outro lado, percebe-se a presença de mecanismos de pressão normativa visto que as regras diferenciadas de governança corporativa e a participação no ISE exigem uma maior divulgação de informações. Além disso, também se pode inferir que existem mecanismos de pressão baseados no pilar cultural, uma vez que empresas de alguns setores e também de maior tamanho tendem a ter maior nível de divulgação.

Os resultados encontrados demonstram que conceitos da Teoria Institucional podem ser aplicados para prever e explicar práticas contábeis relacionadas à divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais, uma vez que organizações com características semelhantes, como tamanho, inclusão no mesmo nível de governança, atuação em determinados setores de atividades e participação no ISE, por estarem sujeitas a condições similares de pressão, tendem a adotar postura semelhante na divulgação de informações como forma de legitimar-se no ambiente.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a inclusão de outras variáveis para tentar explicar o nível de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais, tendo em vista o baixo poder explicativo do modelo de regressão desta pesquisa, indicado pelo R² ajustado. Também podem ser realizados estudos comparativos de empresas brasileiras com empresas estrangeiras, com o intuito de verificar a divulgação de acordo com a exposição às pressões em diferentes países. Sugere-se, ainda, a realização de estudos incluindo as empresas não classificadas como de alto potencial poluidor.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, Z.; HASSAN, S.; MOHAMMAD, J. Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, v.11, n.1, p.69-90, jun. 2003.
- BARLEY, Stephen R.; TOLBERT, Pamela S. Institutionalization and structuration: studying the links between action and institution. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 93-117, jan. 1997.
- BEUREN, Ilse Maria; BOFF, Marines Lúcia. Predominant strategies of legitimacy in environmental and social disclosures. *Management Research: The Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, v. 9, n.1, p. 56-72, 2011.
- BEUREN, Ilse Maria; SANTOS, Vanderlei dos; GUBIANI, Clésia Ana. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 10, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2013.
- BRAGA, Josué Pires; OLIVEIRA, José Renato Sena; SALOTTI, Bruno Meirelles. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 3, n. 3 p. 81-95, set./dez. 2009.
- BRASIL. *Lei nº 10.165*, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de

formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm. Acesso em 07 nov. 2014.

COELHO, Fernando Quaresma; OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa; ALVES, Tiago Wickstrom. Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 24, n. 1, p. 112-130, jan./mar. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento técnico nº 25*. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009. Disponível em:

<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=71>.

Acesso em: 15 nov. 2014.

DIAS FILHO, José Maria. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.

DIMAGGIO, Paul. J.; POWELL, Walter W. Jaula de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In: CALDAS, Miguel P. BERTERO, Carlos Osmar. *Teoria das organizações*. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. *A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas*. 2008. 189p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FREEDMAN, Martin; JAGGI, Bikki. Global warming, commitment to the Kyoto protocol, and accounting disclosures by the largest global public firms from polluting industries. *The International Journal of Accounting*, v. 40, n. 3, p. 215-232, 2005.

GHAZALI, N.A.M. Ownership structure and corporate social responsibility disclosure: some Malaysian evidence. *Corporate Governance*, v. 7, n. 3, p. 251-266, 2007.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. *Strategic Management: Competitiveness and Globalization: Concepts and Cases*. Capítulo 1. 10. ed. Mason, 2012.

HOPWOOD, A. G. On trying to study accounting in the contextes in wich it operatis. *Accounting Organizations and Society*, v. 8, p. 287-305, 1983.

IATRIDIS, George Emmanuel. Environmental disclosure quality: Evidence on environmental performance, corporate governance and value relevance. *Emerging Markets Review*, v. 14, p. 55-75, 2013.

LATTEMANN Christoph; FETSCHERIN, Marc; ALON Ilan; LI, Shaomin; SCHNEIDER, Anna-Maria. CSR communication intensity in chinese and indian multinational companies. *Corporate Governance*, v.17, n. 4, p. 426-442, jul. 2009.

LI, Yue; MCCONOMY, Bruce J. An empirical examination of factors affecting the timing of environmental accounting standard adoption and the impact of corporate valuation. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 14, n. 3, 1999.

LINS, Luiz dos Santos; SILVA, Raimundo Nonato Sousa. Responsabilidade socioambiental ou *greenwash*: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 1, p. 91-105, jan./jun. 2009.

LIU, Xianbing; ANBUMOZHI, V. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. *Journal of Cleaner Production*, v. 17, n. 6, p. 593-600, 2009.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; PONTE, Vera Maria Rodrigues; HOLANDA, Allan Pinheiro. Fatores explicativos da aderência das firmas brasileiras ao disclosure relativo às informações por segmento. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33, n. 1, p. 53-69, 2014.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, set. 1977.

- MONTEIRO, Sónia Maria da Silva; AIBAR-GUZMÁN, Beatriz. Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 17, p. 185-204, 2010.
- MOTTA, Fernando Prestes. ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: A CULTURA BRASILEIRA. *Organizações & Sociedade*, v.10, n.26, jan./abr. 2003.
- MOURA, Fábio Viana de. *Pressões institucionais e o isomorfismo estrutural e contábil dos relatórios de administração publicados por empresas dos subsectores de energia elétrica e de transporte*. 2010. 124p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri. *Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. 2009. 181p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 2, p. 72-95, maio/ago. 2009.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos; SALOTTI, Bruno Meireles; NASCIMENTO, Artur. Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. *ConTexto*, v. 10, n. 17, p. 7-18, jan./jun. 2010.
- MURCIA, Fernando Da-Ri; ROVER, Suliani; LIMA, Iran; Fávero, Luiz Paulo Lopes; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UnB Contábil*, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, jan/dez. 2008.
- MUTTAKIN, Mohammad Badrul; KHAN, Arifur. Determinants of corporate social disclosure: Empirical evidence from Bangladesh. *Advances in Accounting*, v. 30, n. 1, p. 168-175, 2014.
- OLIVEIRA, Araceli Farias de; MACHADO, Débora Gomes; BEUREN, Ilse Maria. Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 6, n. 1, p. 20-37, jan./abril 2012.
- OLIVEIRA, Michelle Adriane Silva de. *Disclosure das contingências e provisões passivas*. 2011. 108p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- RIBEIRO, M. de S. GRATÃO, A. D. Custos ambientais: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7. 2000, Recife. *Anais...* Recife, 2000.
- ROVER, Suliani; SANTOS, Ariovaldo. Revisitando os determinantes do disclosure voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. *Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, v. 1, n. 2, p. 15-35, jul./dez. 2014.
- ROVER, Suliani; TOMAZZIA, Eduardo Cardeal; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012.
- SANTOS, Gilmar José dos. A Teoria Institucional e a análise das operações de franquia: um olhar diferente das abordagens tradicionais do marketing. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 5, n. 4, nov./dez. 1999.
- SCOTT, W. *Institutions and organizations*. 3. ed. London: Sage Publishing, 2013.

- SHARMA, Sanjay; PABLO, Amy L.; VREDENBURG, Harrie. Corporate environmental responsiveness strategies the importance of issue interpretation and organizational context. *The Journal of Applied Behavioral Science*, v. 35, n.1, p. 97-108, mar. 1999.
- SILVA, Marcio Nunes da; ALEXANDRE, José; FREITAS, Mauricio Assuero Lima de; SILVA FILHO, Lucivaldo Lourenço da. Determinantes do disclosure ambiental nos relatórios de empresas listadas na BM&FBovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14, 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2014.
- SILVA, Maria Aparecida; RECH, Ilirio José; CUNHA, Moisés Ferreira da. Influência do isomorfismo organizacional no nível de evidenciação de ativos intangíveis. In: CONGRESSO ANPCONT, 8, 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2014.
- SOARES, Sandro Vieira; SILVA, Gabriel Ribeiro; SOARES, José Guilherme; LIMONGI, Bernadete. Informações ambientais apresentadas nas notas explicativas de companhias petrolíferas e siderúrgicas no Brasil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 6, n. 3, p. 86-195, set./dez. 2012.
- SOARES, Sandro Vieira; SILVEIRA, Elen Duran da; PFITSCHER, Elisete Dahmer; SIRIDAKIS, Carina. Informações ambientais em notas explicativas das empresas dos programas “novo mercado” e “em boa companhia” da BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), v. 17, ed. Especial, p. 70-82, out. 2012.
- SOUZA, Marcos Antonio de; RÁZIA, Kátia Arpino; JACQUES, Flávia Verônica da Silva. Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial – ISE. *Rev. Cont. e Controladoria*, v. 2 n. 1, p. 51-139 jan./abr. 2010.
- TOLBERT, Pamela S. ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.
- VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*. v. 22, p. 97-180, 2001.
- XAVIER, Vânia Vilma Nunes Teixeira; LUCZKIEWICZ, Dulciane Alves. Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20. 2013, Uberlândia, MG. *Anais...* Uberlândia, 2013.
- ZENG, S. X.; XU, X. D.; YIN, H. T.; TAM, C. M. Factors that drive chinese listed companies in voluntary disclosure of environmental information. *Journal of Business Ethics*, v. 109, n. 3, p. 309-321, 2012.